



03

N.º EDIÇÃO

23.MAR.2017

NEWSLETTER

CUIDADOS DE
SAÚDE HOSPITALARES



SPMS
EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

Entrevista

Rita Perez Fernandez da Silva

Presidente Conselho de Administração
Centro Hospitalar Lisboa Ocidental E.P.E. (CHLO)

SPMS: Qual o plano estratégico para o futuro do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO)? Essa estratégia passa necessariamente pela total desmaterialização dos processos?

Rita Perez Fernandez da Silva: Uma das coisas que queremos para o CHLO é “um hospital sem papel”. Há um ano e meio que estamos a trabalhar nesse sentido e em outubro pretendemos ter esse objetivo alcançado. Sendo os clínicos os grandes utilizadores dos Sistemas de Informação (SI), preocupamo-nos com o seu acompanhamento e com a grande responsabilidade que implica passarmos para o digital. Essa transição, mais do que tudo, é uma maneira de pensar.

O facto do CHLO ter perdido, em alguns anos, toda a sua fatia de clínicos da faixa etária entre os 35 e 45 anos, originou duas populações

de clínicos: uma com menor literacia informática e outra totalmente adaptada a esta realidade. Isso permitiu, em relação ao uso de ferramentas digitais e, apesar da resistência, ir na linha da frente em relação, não aos hospitais que já nasceram na era do hospital digital, mas aos outros hospitais onde os processos eram massivamente em papel.

Sentimo-nos na linha da frente de tudo o que é digital. Logo, o ter à frente utilizadores que não são totalmente contra o digital, nem nasceram na era do digital, também impulsiona esta realidade.

A resistência à adoção do digital foi muito sentida?

Em relação aos utilizadores mais resistentes, passar do papel para o digital é um processo de conquista, com base na confiança. Contudo, se

houver resiliência, com objetivos e um foco, e se se explicar o porquê das mudanças vamos ter, sem dúvida, um hospital sem papel. A adesão passa também pela abertura e diálogo constantes. Nós aceitamos sugestões e gostamos de ouvir o que os nossos profissionais têm para nos dizer. Acreditamos que passado o período de maior resistência, as decisões, devidamente esclarecidas, acabam por ser aceites.

Se os utilizadores, sobretudo os médicos, não tiverem confiança nos programas que estão a utilizar, estes não funcionarão corretamente e tardarão a ser implementados. Há, portanto, que resolver handicaps relacionados com a falta de confiança, não nas valias dos Sistemas de Informação (SI), mas na sua utilização. Por exemplo, nos dados de gestão, se as chefias não confiarem nos dados que estão a tratar – e, às vezes é difícil confiar na informação que chega por diversas vias, por vezes reportada extemporaneamente – a gestão não pode ser eficiente.

O Business Intelligence (BI) acrescenta valor aos processos de tomada de decisão nas organizações?

O programa de BI implementado no CHLO permite, de algum



O programa de BI implementado no CHLO permite, de algum modo, retirar as mais-valias dos SI desenvolvidos pela SPMS



“O programa de BI implementado no CHLO permite, de algum modo, retirar as mais-valias dos SI desenvolvidos pela SPMS.”

modo, retirar as mais-valias dos SI desenvolvidos pela SPMS, nomeadamente do SONHO, programa financeiro, (ao H-SIS, na Urgência) e ao RHV, que do ponto de vista da gestão é importante para nós. Contudo, se, por qualquer razão, os dados de gestão não são coincidentes, a confiança fica minada.

Os dados de gestão são fundamentalmente importantes para as chefias intermédias, para quem tem de tomar decisões, com o objetivo de aumentar produção e afins. Estas pessoas não têm necessariamente que ver com o digital. Dados fidedignos são fundamentais para estabelecer relações de confiança e uma gestão mais eficiente e eficaz. Confiança é fundamental.

Por exemplo, a longa relação do CHLO com a SPMS deve-se a uma posição firme das chefias. À frente de cada uma destas entidades sempre estiveram pessoas avisadas, e sensatas, que consideram a informática e o digital ferramentas utilíssimas para os clínicos e para os utentes.

O CHLO fez parte das entidades pioneiras na implementação da Receita Sem Papel (RSP). Como avalia este “projeto”?

Essencial para clínicos, utentes e do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Relativamente à adesão da RSP por parte dos profissionais de saúde, no CHLO, o sucesso deste projeto passou, a nosso ver, pela escolha da equipa certa de profissionais de saúde para a implementação do processo. Esta equipa, que também integrou técnicos da área da informática, prestou um acompanhamento fundamental onde decorriam as consultas externas com a identificação e resolução de problemas in loco. Hoje este processo é simples.

Uma das coisas que queremos para o CHLO é “um hospital sem papel”.

Para o utente, e passado o espanto inicial pelas novas tecnologias e pelas suas possibilidades, a RSP é, hoje, um processo cómodo. A guia de tratamento continua a ser fundamental para uma fatia da população com menos contacto com as tecnologias e ferramentas informáticas, mas verificamos que a adesão à RSP, sobretudo através de SMS, é cada vez maior.

O CHLO foi o primeiro hospital a proceder à integração dos resultados laboratoriais no SClínico, SI desenvolvido pela SMPS, permitindo a partilha de resultados. Como avalia esse processo?

Entre os Cuidados de Saúde Primários (CSP) e os Cuidados de Saúde Hospitalares (CSH) há uma partilha de resultados em determinados MCDTs, nomeadamente no que diz respeito às análises, mas até agora só com alguns centros de saúde. O suporte para a partilha não foi complicado. Através do SClínico, o sistema do laboratório (o Clinidata dos Serviços de Patologia) foi integrado no SClínico. Esta migração foi simples e permitiu a interoperabilidade de sistemas.

A interoperabilidade é, portanto, o caminho?

Claramente. Tem que haver uma maior interoperabilidade dos sistemas e essa tem que ser uma decisão estratégica que parta do topo, da Tutela. Grande parte das más decisões que fomos tomando ao longo dos anos foi por falta de uma definição, de um foco.

Se tivermos um foco e se esse basear-se no desenvolvimento de uma estrutura como a da SPMS, que desenvolva a mesma arquitetura



de informação para todas as unidades de saúde – adaptada a cada nível de cuidados e se houver algo centralizado, uma mesma arquitetura que parta de uma estratégia do Ministério da Saúde, evitamos cair nos erros do passado. Não houve uma visão anterior que permitisse o que sempre se pretendeu para o SNS: uma melhor gestão, que oferecesse mais eficiência e eficácia do SNS. Cada hospital tomou as suas boas ou más opções.

O SNS é só um e o utente também. Logo, com a delineação de uma estratégia generalizada na Saúde,

que permita acompanhar o percurso do utente transversalmente em qualquer entidade do SNS, poupa-se tempo e dinheiro, poupam-se incómodos ao utente, e melhora-se, seguramente, o diagnóstico e a terapêutica.

Contudo, com a partilha dos dados é importantíssimo assegurar, acima de tudo, a segurança e a proteção de dados. O utente deve ser informado que tem a capacidade de decidir sobre o quer ou não partilhar.

Como vê o futuro do SNS?

O futuro passa necessariamente pela partilha, segurança e confiança. Com estas premissas, acabam os maus serviços. O que eu quero é que os SI sejam ferramentas fundamentais para o utente, mas sempre consideradas ferramentas. Quando este perceber as potencialidades dos sistemas, está ganha a batalha. Conquistado o utente, está conquistada a adesão dos médicos.

O futuro passa, ainda, pela melhoria dos processos e diminuição da carga burocrática, sem nunca esquecer que todas as ações devem ser centradas no utente, a razão da existência do médico. ■

“ O futuro do SNS passa necessariamente pela partilha, segurança e confiança. Com estas premissas, acabam os maus serviços. O que eu quero é que os SI sejam ferramentas fundamentais para o utente, mas sempre consideradas ferramentas. Quando este perceber as potencialidades dos sistemas, está ganha a batalha. Conquistado o utente, está conquistada a adesão dos médicos.”

Cidadãos já podem obter comprovativo de presença digital, em instituições de Saúde, na Área do Cidadão do Portal SNS

O cidadão já pode obter a declaração comprovativa em como foi assistido numa instituição de Saúde através do Portal SNS – Área do Cidadão.

Apesar de recente, o serviço tem tido uma procura significativa por parte dos cidadãos, registando-se o acesso a 2012 comprovativos de presença na Área do Cidadão do Portal SNS, entre os dias 18 de fevereiro e 21 de março de 2017.

Em alinhamento com a transformação digital, esta funcionalidade permite que o cidadão, dependendo do motivo que o levou a uma Unidade de Saúde, possa utilizar apenas o formato digital do seu comprovativo.

No contexto da simplificação de processos administrativos (SIMPLEX), a nova funcionalidade representa vantagens, nomeadamente maior comodidade para o cidadão, sendo expectável atingir-se, ao nível do Serviço Nacional de Saúde, poupanças consideráveis em papel, tinteiros e no tempo despendido em tarefas administrativas.

Atualmente, o comprovativo de presença encontra-se disponível para eventos ocorridos em algumas unidades dos Cuidados de Saúde Hospitalares do país.

Futuramente, também ficará acessível para consultas no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários.

Numa ótica de agilização de processos, a SPMS e a Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) divulgaram, no dia 14 de março, uma circular conjunta, onde é apresentado o manual de procedimentos a adotar, garantindo a informação necessária a todas as instituições hospitalares, para que a declaração de presença fique acessível na Área do Cidadão.

A circular é dirigida a todos os Hospitais do Serviço Nacional de Saúde, Unidades Locais de Saúde e Administrações Regionais de Saúde.

Para o cidadão obter o seu comprovativo de presença, bem como aceder a um vasto conjunto de outras funcionalidades úteis, basta registar-se na [Área do Cidadão do Portal SNS](#). ■

Portugal eHealth summit

4-6 ABRIL

Sala Tejo | MEO ARENA

Garanta já o seu lugar

www.spms.min-saude.pt

Lisboa recebe Portugal eHealth Summit

Lisboa acolhe Portugal eHealth Summit, na Sala Tejo do Meo Arena, entre os dias 04 e 06 de abril. O evento já conta com mais de 3 000 inscrições.

Focando-se na transformação digital da Saúde, e com a ambição de alavancar o posicionamento estratégico de Portugal na área de eHealth, o evento aposta num modelo dinâmico e abrangente através de fóruns, debates e conferências. Promovido pela SPMS, EPE, Portugal eHealth Summit centra-se em temáticas distintas sobre o processo da transformação digital na Saúde e nos diversos segmentos de eHealth.

Uma iniciativa diferenciadora que conta com um painel de prestigiados oradores nacionais e internacionais, envolve a indústria farmacêutica, a Agência Europeia do Medicamento, entidades de saúde, empresas do setor tecnológico, organismos da Administração Pública, startups, instituições ligadas ao meio académico, entre outras entidades. Durante três dias, Portugal impul-

siona o debate à escala mundial, marcado pela inovação tecnológica, partilha de conhecimentos, experiências e sinergias.

Para saber mais, consulte, a [agenda](#). A inscrição é gratuita, garanta o seu lugar e [registre-se aqui](#). ■

Evento que envolve a Agência Europeia do Medicamento, entidades de saúde, empresas do setor tecnológico, organismos da Administração Pública, startups, instituições ligadas ao meio académico, indústria farmacêutica entre outras entidades.



Forum Nacional do Serviço Nacional de Saúde

Sob o tema “**Reformar, Transformar, Modernizar**” realizou-se, no dia 13 de março, o Forum Nacional do Serviço Nacional de Saúde em Santo Tirso.

Seguindo uma abordagem dinâmica e interativa, com transmissão direta (live streaming) através do Portal SNS, o evento contou com várias participações, incluindo o Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fer-

nandes, na sessão de abertura. Colocando o cidadão no centro do sistema de saúde, o evento focou-se nas apresentações de diversos projetos inovadores em curso no SNS, dos relatórios de atividades das Coordenações Nacionais da Reforma do SNS nas áreas dos Cuidados de Saúde Primários, Cuidados de Saúde Hospitalares e Cuidados Continuados Integrados, bem como dos projetos relevantes conexos:



- ✓ Comissão da Reforma da Saúde Pública Nacional;
- ✓ Comissão Nacional de Cuidados Paliativos;
- ✓ Coordenação da Estratégia Nacional para o Ecosistema de Informação de Saúde 2020.
- ✓ Coordenação Nacional para Projetos Inovadores em Saúde; Coordenação estratégica e avaliação dos novos programas horizontais - “Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados” e “Prevenção e Gestão da Doença Crónica”.

A SPMS, EPE esteve representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Henrique Martins e Artur Trindade Mimoso, Vogal Executivo.

Vídeos para Forum Nacional SNS com chancela da SPMS

No âmbito do Forum Nacional do SNS, foi apresentado um vídeo sobre a Reforma dos **Cuidados de Saúde Hospitalares**.

A identificação de medidas prioritárias, nomeadamente nas urgências, e os mais de 40 projetos inovadores na área hospitalar integram a reforma já em curso, e fundamental, para melhorar a capacidade de resposta dos hospitais.

Para além deste vídeo, a SPMS foi responsável pela produção de mais seis filmes, representativos dos vários níveis de cuidados de Saúde. Os vídeos demonstram alguns dos projetos que fazem parte da Reforma do SNS. Ilustram o trabalho desenvolvido pelas diversas equipas de profissionais, nas várias unidades de saúde do país, cujo denominador comum é melhorar, cada vez mais, a qualidade dos serviços prestados, aproximando as diferentes linhas de resposta do SNS aos cidadãos. ■

PEM:

Simplifica prescrição de produtos de apoio para pessoas com deficiência e com incapacidade temporária



Tendo em conta a necessidade de simplificar o ato de prescrição de produtos de apoio e facilitar o acesso dos utentes aos mesmos, foi disponibilizada, desde 01 de fevereiro, a **prescrição de produtos de apoio** através da Prescrição Eletrónica Médica (PEM).

A PEM apresenta um separador exclusivo para o efeito, de forma ainda não estruturada, que funcionará durante o período de transição para a fase de prescrição estruturada e seguindo as Normas de Orientação Clínicas da Direção-Geral da Saúde.

A mudança para a PEM permitiu ganhos imediatos na gestão do tempo dos médicos, que deixaram de recorrer ao anterior sistema de prescrição, mais moroso e complexo.

A partir de 1 de abril de 2017, os produtos de apoio serão receitados através de um módulo exclusivo, que comportará a prescrição deste tipo de produtos, bem como de outros e, também, Produtos de Apoio e Dispositivos Médicos, que serão diretamente participados pelo SNS no ato da dispensa do Produto de Apoio de Ostomia nas farmácias comunitárias.

Ao utilizarem o futuro módulo exclusivo na PEM, os cidadãos com deficiência e com incapacidade temporária terão um acesso facilitado, e menos moroso, aos produtos de apoio, através de uma prescrição segura e central do SNS.

Pode consultar mais informações no [site SPMS](#). ■

A mudança para a PEM permitiu ganhos imediatos na gestão do tempo dos médicos.

SCLínico

Atualizações no Centro Hospitalar Médio Ave

No dia 17 de março, a SPMS procedeu à atualização da última versão da **Normalização do processo de enfermagem e do módulo da urgência e triagem** no Centro Hospitalar Médio Ave (CHMA). O procedimento decorreu com normalidade e dentro do tempo previsto.

Através do SCLínico Hospitalar, o acesso à informação clínica do utente, a utilização e partilha dos dados com profissionais de saúde de diversas áreas e a sistematização dos mesmos, permitirá uniformizar as práticas e a informação recolhida a nível nacional.

A atuação dos profissionais de saúde torna-se mais eficaz e eficiente, possibilitando melhor apoio, assistência e acompanhamento ao utente. ■

SCLínico



**ATESTADO
MÉDICO
ELETRÓNICO**
PARA A
**CARTA DE
CONDUÇÃO**

Projeto-piloto em curso nas unidades hospitalares

Como entidade responsável pela operacionalização do processo de desmaterialização do Atestado Médico para a Carta de Condução (ACC) em todo o Serviço Nacional de Saúde, a SPMS, EPE arrancou com o projeto-piloto em várias unidades de Cuidados de Saúde Primários a 01 de março.

Nos Cuidados de Saúde Hospitalares, arrancou no dia 14, sendo disponibilizado o acesso ao módulo ACC para o Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.- Barcelos e no dia 15 para as seguintes unidades hospitalares: **Unidade Local de Saúde de Castelo Branco** e **Hospital da Horta**. O projeto está em rollout pelas várias unidades dos Cuidados de Saúde Hospitalares do país.

Este módulo possibilita o registo, a emissão e transmissão do atestado médico para a carta de condução, bem como o registo eletrónico da avaliação física e mental que obrigatoriamente o antecede, de acordo com os modelos aprovados em Despacho Conjunto do Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP (IMT) e do Diretor-Geral da Saúde de 3 de fevereiro de 2017, publicados no dia 14 de fevereiro.

Na [plataforma eStudo](#), disponibilizada pela SPMS, encontra-se informação atualizada sobre a emissão do Atestado Médico para a Carta de Condução no SClínico, incluindo o Manual da Aplicação (SClínico-H), documento de FAQs e vídeos explicativos das principais funcionalidades.

No [site da DGS](#) também encontra informação útil, nomeadamente o enquadramento legal, orientações clínicas e FAQs, ainda em atualização.

Qualquer dúvida ou questão poderá ser enviada para SPMS: [servicedesk@spms.min-saude.pt](mailto: servicedesk@spms.min-saude.pt), **ou para a DGS:** [cartasconducao@dgs.min-saude.pt](mailto: cartasconducao@dgs.min-saude.pt).

No dia 01 de abril entra em vigor a obrigatoriedade da emissão e transmissão eletrónica do Atestado Médico para a Carta de Condução.

Sessões de esclarecimento Desmaterialização do ACC

A SPMS, EPE, em conjunto com a DGS, tem promovido o processo de desmaterialização do Atestado Médico para a Carta de Condução, em todo o Serviço Nacional de Saúde, de forma a implementar a medida SIMPLEX “Carta sobre Rodas”, dando cumprimento ao Decreto Lei 40/2016 e ao Despacho Conjunto do Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP e do Diretor-Geral da Saúde, de 3 de fevereiro de 2017.

No âmbito da disponibilização da funcionalidade para a emissão e transmissão do Atestado Médico para a Carta de Condução no SClínico (Cuidados de Saúde Primários e Cuidados de Saúde Hospitalares), a SPMS e a DGS, com o apoio da Ordem dos Médicos (OM), têm agendadas várias sessões de esclarecimento, dirigidas a médicos prescritores. Estas sessões irão decorrer no Porto, em Lisboa e em Coimbra, nos dias 24, 28 e 29 de março, respetivamente.

Cada sessão de esclarecimento tem a duração de duas horas, sendo necessário confirmar a Inscrição. ■

Agenda:

Porto Secção Regional OM do Norte	Lisboa Secção Regional OM do Sul	Coimbra Secção Regional OM do Centro
24 DE MARÇO	28 DE MARÇO	29 DE MARÇO
1.ª 10h30 – 12h30 2.ª 14h30 – 16h30	1.ª 10h30 – 12h30 2.ª 14h30 – 16h30	1.ª 10h30 – 12h30 2.ª 14h30 – 16h30

Plataforma de TeleSaúde

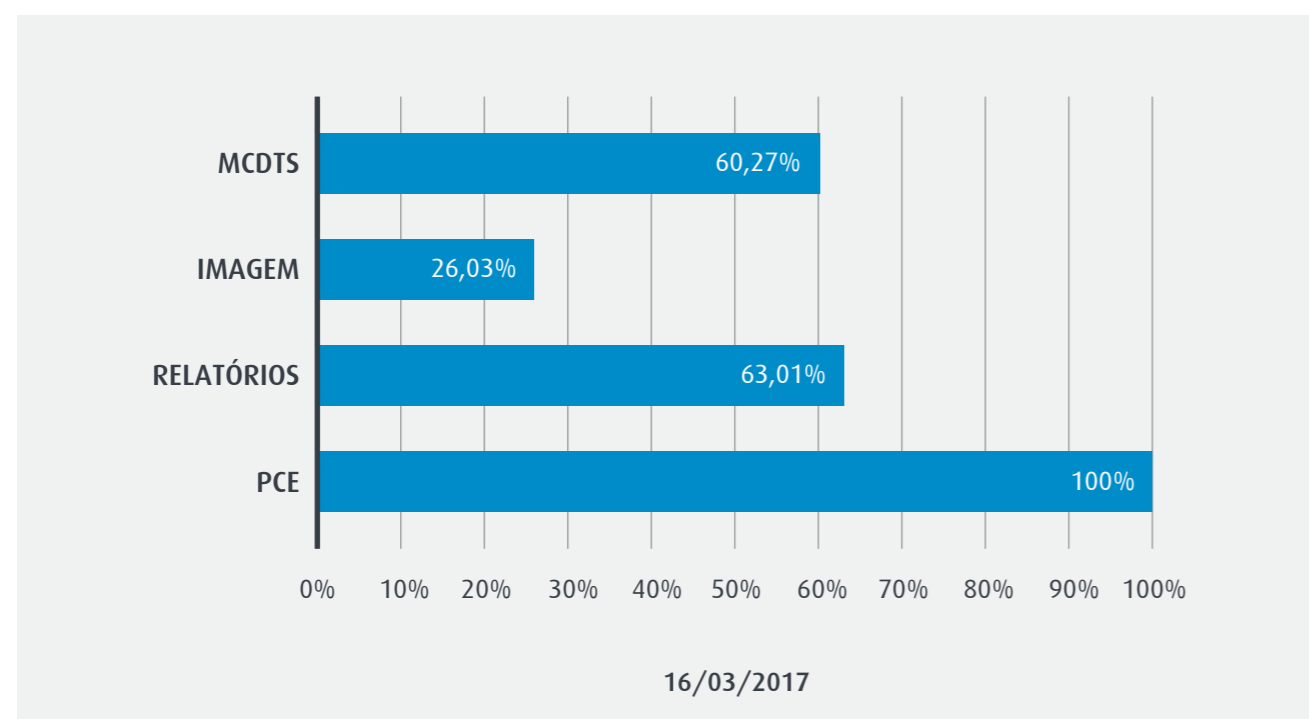
Partilha de MCDTs: Relatórios e Imagens Médicas

As instituições e os profissionais dos Cuidados de Saúde Hospitalares e dos Cuidados de Saúde Primários beneficiam, cada vez mais, com a partilha de informação clínica, nomeadamente no acesso à informação do utente nos diferentes prestadores do SNS.

É possível consultar o Processo Clínico Eletrónico, Relatórios e Notas de Alta, bem como o acesso e partilha de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDTs), através da disponibilização e consulta de relatórios e imagens médicas.

A partilha de Imagem Médica e MCDTs tem evoluído bastante nos últimos meses. Nesta altura, cerca de 60.54% das entidades do SNS já partilham os resultados de MCDTs, como análises clínicas, entre outros.

Atualmente, são 15 as entidades que já partilham imagens (26%) PACS na plataforma, pelo que o Instituto Português do Porto (IPO Porto), CH Porto e CH Lisboa Central juntam-se às outras entidades do SNS que partilham a Imagem Médica na Plataforma.



As imagens médicas permitem reduzir a duplicação de registos, evitando, em muitos casos, a duplicação de novos MCDTs, promovendo, assim, reduções significativas de custos no SNS.

As entidades que partilham a Imagem Médica e o seu PACS são:

- ✓ HFF | H Prof. Dr. Fernando Fonseca
- ✓ ULS Baixo Alentejo
- ✓ ULS Norte Alentejano
- ✓ Hospital Dr. Francisco Zagalo
- ✓ CHEVD
- ✓ CH Póvoa do Varzim e Vila do Conde
- ✓ CH Médio Ave
- ✓ Hospital de Braga
- ✓ CH Lisboa Ocidental
- ✓ IPO Porto
- ✓ CHTMAD
- ✓ CH Porto
- ✓ CH Setúbal
- ✓ CH Lisboa Central
- ✓ ULS Nordeste

Teleconsultas

Números continuam a aumentar

Da responsabilidade da SPMS, EPE a Plataforma de TeleSaúde permite realizar, em tempo real, uma comunicação virtual entre dois ou mais profissionais de saúde, com a possibilidade de chat, áudio, vídeo, partilha e controlo do ecrã do utilizador.

Para utilizar esta ferramenta e funcionalidade é necessário de ter o utente sempre em contexto, garantindo uma maior segurança aos profissionais que pretendam utilizar a Plataforma de TeleSaúde, assegurando, desta forma, que a sessão de teleconsulta tem como objetivo o debate e a discussão de

um tema sobre um determinado utente.

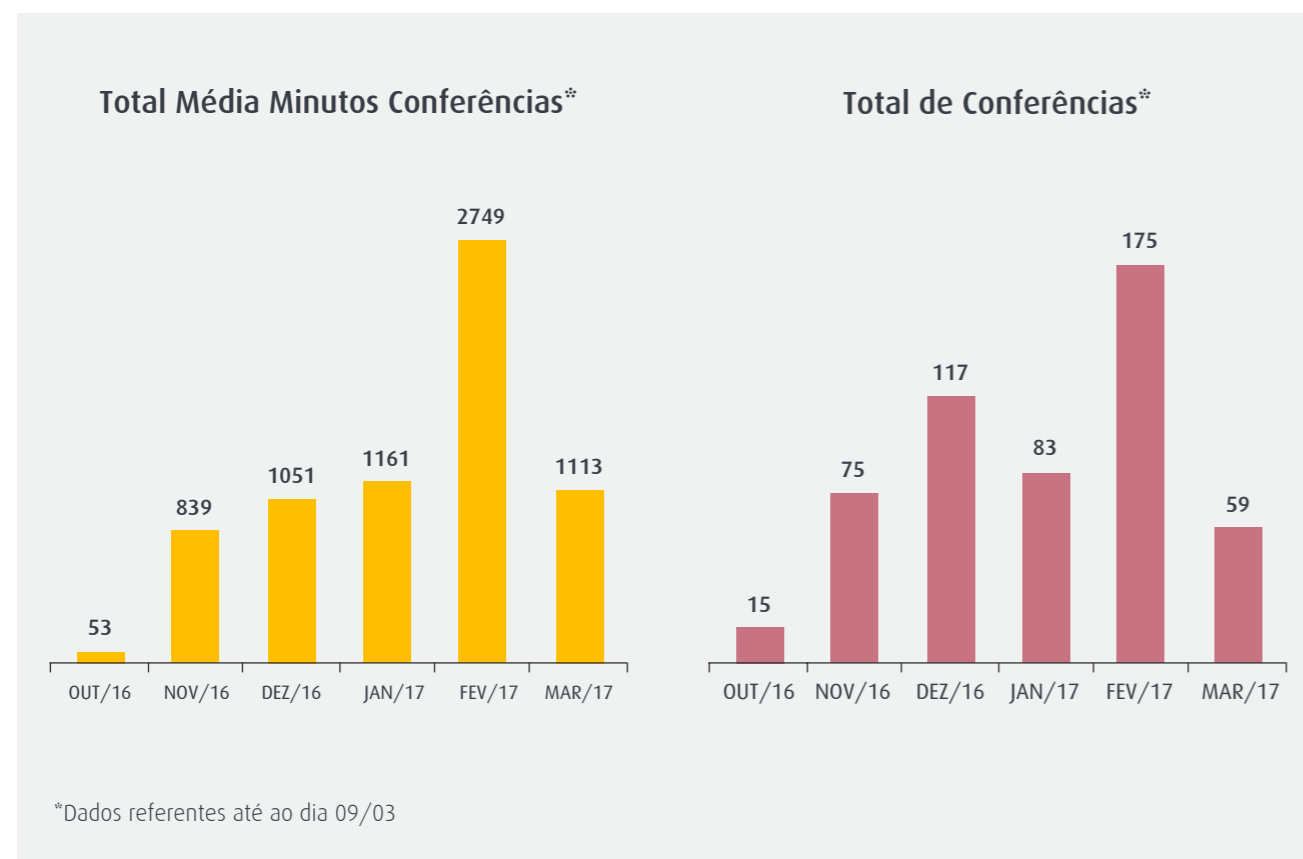
Os profissionais que utilizam a Plataforma de TeleSaúde poderão aceder a toda a informação clínica do utente nesta plataforma.

Plataforma de TeleSaúde em números

Fazendo uma pequena comparação da utilização da Plataforma de TeleSaúde entre as duas primeiras semanas de março com o período homólogo anterior, poderemos fazer o seguinte resumo:

- ✓ Taxa de Crescimento em Volume de Minutos nas duas primeiras semanas março (em relação ao período homólogo): 98,05%
- ✓ Taxa de Crescimento em Volume de Minutos 1.ª semana março (em relação ao período homólogo): 271,00%
- ✓ Taxa de Crescimento em Volume de Minutos 2.ª semana março (em relação ao período homólogo): 125,84%.

Apresentamos os gráficos representativos da utilização da Plataforma:



“TeleSaúde no AVC | Do Evento ao Domicílio”

No âmbito do programa de dinamização da TeleSaúde no país, o Centro Nacional de TeleSaúde e a SPMS, EPE promovem, no próximo dia 30 de março, “TeleSaúde no AVC | Do Evento ao Domicílio”, no Auditório da Unidade de Cuidados Continuados do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais, na Tocha.

O ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, vai marcar presença no evento, mas através de videoconferência com o centro Rovisco Pais.

O evento tem como objetivo central **explicar como a TeleSaúde pode acelerar o acesso do doente à**

terapêutica crítica no tempo, bem como estimular a colaboração interdisciplinar em torno da resolução do problema do doente, construindo um verdadeiro clinical pathway transorganizacional que só termina no domicílio.

A TeleSaúde tem sido utilizada na Via verde do AVC como instrumento importante na triagem e referenciação para tratamento adequado dentro da janela temporal exigida. A Via Verde do AVC tem contribuído bastante para a diminuição da mortalidade e, no centro do país foi feito um prolongamento da Via Verde para a Reabilitação precoce, também com recurso à Telemedicina. ■



SPMS
EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

Com o objetivo de reforçar a comunicação, poderá enviar sugestões, propostas de notícias ou artigos para **comunicacao@spms.min-saude.pt**.